MINISTÉRIO DA GUERRA

1.ª Direcção Geral

3.ª Repartição

LEI N.º 269

Em nome da Nação, o Congresso da República decreta, e eu promulgo, a lei seguinte:

Artigo 1.º Ao primeiro sargento, Rodolfo, n.º 1 da 4.ª companhia, e n.º 7 de matrícula do batalhão n.º 1 da guarda nacional republicana, são dispensadas, para o ingresso no quadro especial de oficiais, a que se refere o decreto com força de lei de 3 de Maio de 1911, publicado na *Ordem do Exército* n.º 10, 1.ª série, de 6 do mesmo mês e ano, as condições 2.ª e 3.ª do artigo 3.º do citado decreto com força de lei, pois que as habilitações que possuía como segundo sargento do corpo de marinheiros da armada, donde provêm, lhe davam direito à promoção a oficial para o quadro auxiliar do serviço naval.

Art. 2.º Fica revogada a legislação em contrário.

Os Ministros do Interior e da Guerra a façam imprimir, publicar e correr. Dada nos Paços do Governo da República, e publicada em 3 de Agosto de 1914.—*Manuel de Arriaga*—*Bernardino Machado*—*António Júlio da Costa Pereira de Eça*.

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Direcção Geral dos Negócios Comerciais e Consulares

1.ª Repartição

Segundo informa o Conselho Federal Suíço a Bélgica aderiu em 18 de Junho próximo findo à Convenção e Acôrdo assinados em Washington, a 2 de Junho de 1911, sobre propriedade industrial e registo internacional de marcas de fábrica e de comércio, mediante a declaração seguinte:

«Conquanto a redacção do artigo 4.º-bis da Convenção revista da União não pareça suscitar dúvida alguma, tem sido formuladas, em certas publicações que se occupam especialmente da propriedade industrial, apreciações divergentes a respeito da interpretação do § 2.º

Como reconheceu a delegação italiana no decurso da conferência de Washington, deve o dito artigo ser entendido no sentido de que, no tocante à duração normal, a independência absoluta das patentes não se applica às patentes requeridas depois dos prazos de prioridade. Consequentemente, em conformidade do artigo 14.º da lei belga de 24 de Maio de 1854 a duração duma patente denominada «de importação» passada nestas condições, não poderá exceder, em caso algum, o prazo mais longo pelo qual a patente houver sido anteriormente concedida no estrangeiro.

As patentes requeridas durante o prazo de prioridade serão consideradas como patentes de invenção, com a duração normal de vinte anos, e absolutamente independentes das patentes de origem».

Direcção Geral dos Negócios Comerciais e Consulares, em 28 de Julho de 1914.—O Director Geral, *A. F. Rodrigues Lima*.

MINISTÉRIO DO FOMENTO

Direcção Geral das Obras Públicas e Minas

Repartição de Minas

DECRETO N.º 719

Usando da faculdade que me confere o n.º 3.º do artigo 47.º da Constituição Política da República Portu-

guesa, e dando cumprimento à lei n.º 268, de 30 de Julho de 1914: hei por bem aprovar o regulamento da mesma lei, que baixa assinado pelo Presidente do Ministério e Ministro do Interior, e pelos Ministros das Finanças e do Fomento.

Os mesmos Ministros assim o tenham entendido e façam executar. Dado nos Paços do Governo da República, e publicado em 3 de Agosto de 1914.—*Manuel de Arriaga*—*Bernardino Machado*—*António dos Santos Lucas*—*João Maria de Almeida Lima*.

Regulamento à lei n.º 268, de 30 de Julho de 1914

Artigo 1.º Toda a entidade que deseje assegurar o direito de descoberta e a concessão de quaisquer aluviões metalíferas, deverá, em conformidade com o artigo 8.º do decreto de 30 de Setembro de 1892 e com o regulamento para o aproveitamento das substâncias minerais, de 5 de Julho de 1894, apresentar na câmara municipal do concelho em que o jazigo estiver situado uma nota do descobrimento, segundo o modelo no mesmo regulamento fixado, seguindo-se em tudo o mais a legislação de minas ora vigente.

Art. 2.º Só poderá ser exportado ou vendido o minério proveniente de minas ou de depósitos aluviais que tenham obtido alvará de concessão em conformidade com os preceitos estabelecidos na lei e no regulamento mencionados no artigo anterior.

Art. 3.º Todo o concessionário ou seu representante que deseje realizar a exportação de substâncias metalíferas e de combustíveis minerais, provenientes de concessões instituídas, ou a dos produtos do seu tratamento químico ou metalúrgico, deverá requisitar à Circunscrição Mineira, a que a mina ou oficina pertencerem, um certificado de exportação, conforme o modelo apenso a este regulamento, e válido por um ano civil.

Art. 4.º Todo o concessionário ou seu representante que deseje fazer circular dentro do território da República substâncias metalíferas, combustíveis minerais e produtos do tratamento químico ou metalúrgico de origem portuguesa, deverá requisitar à Repartição de Minas um ou mais livros de cem ou duzentas guias do modelo junto a este regulamento, numeradas e rubricadas pelo chefe da Circunscrição a que a mina pertencer e seladas com o selo branco da mesma Circunscrição. Estas guias deverão ser preenchidas pelo concessionário ou representante para cada remessa.

§ 1.º Estes livros, que custarão 1\$ ou 2\$, conforme tiverem cem ou duzentas guias, serão pagos por estampilhas fiscaes coladas no requerimento.

§ 2.º A guia que deve acompanhar o minério em trânsito será entregue nas respectivas delegações aduaneiras e postos de despacho ou à autoridade administrativa do local da venda, quando o minério não for exportado, sendo por esta ou por aquelas remetido à circunscrição mineira respectiva.

§ 3.º Um dos talões das guias ficará em poder da mina, para ser presente a qualquer delegado técnico da circunscrição mineira que o requirir, sendo o segundo talão da mesma guia enviado, pelo concessionário ou seu representante, directamente à circunscrição mineira respectiva, dentro do prazo de trinta dias, contado a partir da data em que a remessa teve lugar.

Art. 5.º O não cumprimento das disposições acima indicadas dará lugar à apreensão do minério e à sua venda em hasta pública, revertendo o produto da venda para a Fazenda Nacional, sempre que se não prove a legitimidade da origem do minério em trânsito, sendo os contra-ventores relegados ao Poder Judicial.

§ único. As autoridades administrativas, à guarda re-